

Riscos são menores para Alfonsín

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

A atitude da Argentina perante o Fundo Monetário Internacional, rejeitando o programa que lhe foi apresentado pelo diretor de operações do Fundo para o Hemisfério Ocidental — o colombiano Eduardo Wiesner, o mesmo que andou por aqui, ao lado de Ana Maria Jul, nas primeiras missões do FMI — não pode ser considerada uma bravata. Pelo contrário, os argentinos têm motivos reais, concretos, para optar por essa rejeição.

A verdade é que, de todos os grandes devedores, a Argentina é o que menos perde com uma ruptura em relação ao sistema financeiro internacional. Quem mostra isso é o Brookings Institute, uma organização dedicada a estudos econômicos, com sede em Washington, em estudo preparado pelo antigo subsecretário de Estado para assuntos latino-americanos, Thomas Enders, — que deixou o cargo para o ex-embaixador norte-americano no Brasil, Langhorne Motley.

Enders mostra nesse estudo que, diferentemente dos demais devedores, a Argentina reúne condições para continuar crescendo, mesmo se

rompida com o FMI e, por tabela, com os bancos internacionais. Isso seria válido até em situações extremas, como o congelamento das reservas argentinas depositadas fora do país ou a supressão de todas as linhas de crédito às importações do país.

A Argentina tem como suprir suas necessidades de petróleo. Tem também como alimentar sua população. Parte de suas importações atuais, no campo de matérias-primas e de produtos industrializados, pode em tese ser atendida internamente ou apenas suspensa, sem dramas maiores. Assim, mostra o Brookings Institute, se Brasil, México, Chile ou Colômbia sofreriam séria retração em seus PIBs no caso de rompimento com o sistema financeiro, a Argentina até cresceria. Reuniria condições, inclusive, para pagar à vista suas importações mais essenciais e para constituir reservas equivalentes a quatro meses de suas aquisições no exterior.

Paralelamente, não se exclui a obtenção de um entendimento em bases mais razoáveis com os grandes bancos — alguns dos quais com elevada

exposure em relação aos argentinos — pois estes estão premidos pela necessidade de evitar lançar os créditos à Argentina como perdas nos seus balanços do próximo dia 30. Caso isso ocorra, haveria uma forte redução nos seus resultados trimestrais.

A motivação principal do governo argentino, de qualquer forma, é política. Para que envolver-se com um plano impopular e recessivo, se o país dispõe de uma alternativa melhor ou, pelo menos, capaz de trazer sacrifícios até menores para a maior parte da população? Não se trata, portanto, de um blefe para tentar pressionar os credores, mas de se aproveitar as reais condições nacionais, tanto econômicas — a possibilidade de suportar o bloqueio dos bancos — quanto políticas — a inegável legitimidade e popularidade do Governo Alfonsín. Se der certo, entretanto, não constituirá um exemplo para os demais devedores. Sem as mesmas condições da Argentina, caso repitam a fórmula, poderão trazer à população sacrifícios maiores — e distribuídos de forma diferente entre as diversas classes sociais.